



O papel antissionista da propaganda soviética

(Izabella Tabarovsky, Qillette Daily , 11.01)

A acusação de que Israel está cometendo genocídio contra os palestinos é uma das mais antigas inverdades lançadas pela propaganda soviética, acusação que incluía utilizar métodos nazistas a serviço do imperialismo, representado pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha.

As campanhas soviéticas sobreviveram pela atuação da esquerda contemporânea, que mistura marxismo, interseccionalidade, pós colonialismo e teoria crítica. A URSS publicou e traduziu em dezenas de línguas centenas de livros e dezenas de milhares de artigos atacando Israel e a difusão de sua propaganda foi feita pelas suas embaixadas e por meio de ações veladas da KGB recorrendo a conferências internacionais, eventos acadêmicos e organizações de fachada.

Numa questão importante os esquerdistas ou “progressistas” de hoje superaram a KGB: utilizar o slogan “Do rio ao mar, a Palestina será livre”, que pressupõe a eliminação de Israel, porque Moscou sempre tomou o cuidado de asseverar em público que Israel tinha o direito de existir. A liderança soviética nunca esqueceu que a URSS havia votado na ONU a favor da criação do estado judeu e que declarar-se a favor de sua destruição suscitaria comparações entre comunistas e nazistas (a memória das atrocidades nazistas era mais vívida que hoje), de modo que se limitavam a pleitear um “Israel sem sionismo”.

(Nota da Redação: Nos países árabes e entre os palestinos, a propaganda antissionista soviética não foi a única a influenciar a opinião pública. Além da campanha antissemita iniciada durante a ditadura de Stalin, que perseguia, expurgava e liquidava judeus sob o disfarce de combate aos “cosmopolitas”, termo significando que os judeus eram leais ao judaísmo mundial, a Israel, aos países ditos imperialistas e, portanto, que eram agentes estrangeiros, espiões, traidores da União Soviética.

Por outro lado, desde a década de 1930 a Alemanha nazista difundia no Oriente Médio o ódio aos judeus, mediante textos (como os Protocolos dos Sábios de Sião, documento inventado pela Rússia Czarista), caricaturas e programas de rádio. Um dos objetivos nazistas era demonstrar que os judeus da Palestina e do resto do Oriente Médio eram instrumentos da França e da Grã-Bretanha, as potências coloniais opressoras dos povos árabes que a Alemanha prometia libertar. Depois da Segunda Guerra Mundial e da criação do Estado de Israel, oficiais nazistas foram contratados pelo Egito e pela Síria para integrar os seus departamentos de propaganda.



As campanhas antissionistas de origem estrangeira apenas reforçaram o forte antissemitismo pré-existente nos países árabes, promovido nas mesquitas com citações do Corão e relatos de episódios da vida de Maomé, que combateu militarmente os judeus da Península Arábica que se recusaram a aceitar a religião que pregava.

Os judeus que viviam nos países árabes há centenas de anos, pelas leis islâmicas eram apenas tolerados como cidadãos de segunda classe (“dhimmis”, designação que se aplica também aos cristãos), devendo pagar um imposto especial e mostrar-se submissos aos muçulmanos, inclusive não podendo ter razão contra eles em julgamentos.

Com a criação de Israel, essa passagem dos judeus a cidadãos plenos e suas “humilhantes” vitórias militares contra países árabes reforçaram a frustração e animosidade das massas. Isso contribuiu para que quase todos os governos do Oriente Médio expropriassem e expulsassem os seus habitantes judeus, criando cerca de 800 mil refugiados que emigraram para Israel e alguns países ocidentais.

Com o passar das décadas desde a independência de Israel, os árabes que viviam na Palestina forjaram a sua identidade nacional como “palestinos”, sobretudo a partir de 1967, quando Israel substituiu o Egito e a Jordânia como país ocupante, respectivamente, de Gaza (até 2005) e da Margem Ocidental do Jordão.

Nos países ocidentais, depois que a esquerda passou a substituir a antiga “luta de classes” do marxismo original pela binômio “opressor-oprimido”, em que os opressores são brancos e/ou do Primeiro Mundo e suas vítimas os não-brancos e/ou do Terceiro Mundo, Israel e os judeus foram classificados na categoria dos opressores, sendo que a ocupação israelense da Margem Ocidental e o bloqueio parcial de Gaza passaram a constituir “elementos de prova” de que Israel seria um país racista, colonizador, responsável por apartheid e genocídio.

Em muitos ambientes acadêmicos, mídia e ONGs, além das redes sociais, vicejam essas interpretações e entre as vítimas da opressão são incluídos os palestinos, inclusive os islamistas do Hamas. Na ONU e suas agências, graças aos votos majoritários dos países muçulmanos com o apoio de maioria do Terceiro Mundo, desde 2015 a Assembleia-Geral aprovou 141 resoluções condenando Israel, mais do que o dobro das condenações ao resto dos países do mundo e o seu Conselho de Direitos Humanos, desde a sua criação em 2006 aprovou 104 condenações a Israel contra 99 para os demais países.

Em consequência, o conflito entre Israel e os palestinos passou a sensibilizar uma parcela da opinião pública nos países ocidentais e não apenas nos muçulmanos, multiplicando-se as manifestações antissionistas e antissemitas, como está ocorrendo atualmente na guerra contra o Hamas.



Não obstante, ainda há espaço para fazer prevalecer a razão. Para isso deverão contribuir, sobretudo, uma ampla compreensão das causas da atuação das lideranças palestinas, que, para preservar os seus interesses e não os de seu povo, se recusam a negociar a paz e preferem a perpetuação de um conflito que não podem vencer militarmente e nem com o recurso ao terrorismo sistêmico. Do lado israelense, a aceitação da criação de um estado palestino sempre contou com a aprovação de boa parte da sua opinião pública e poderá prevalecer quando uma nova liderança palestina der mostras de rejeitar definitivamente a tese delirante de uma Palestina “do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo”.

A superação desse conflito quase centenário, historicamente alimentado pela intervenção externa - por países árabes, como o Egito de Nasser, pela URSS no contexto da Guerra Fria e pelo Irã atualmente – vai requerer uma difícil mudança de convicções arraigadas dos dois povos envolvidos, mas como demonstrou a notável iniciativa do Presidente Anwar al Sadat ao negociar a paz com o Primeiro Ministro de Israel, Menachem Begin, em 1979, lideranças esclarecidas podem superar dificuldades aparentemente intransponíveis nessa parte conturbada do mundo).

A instrumentalização do Tribunal Penal Internacional

(Associated Press, 18.01)

Em 18.01 os governos do México e do Chile (que tem uma população de 450 a 500 mil palestinos e seus descendentes) solicitaram ao Tribunal Penal Internacional “investigar possíveis crimes de guerra contra civis em Gaza e o ataque de 7 de outubro contra Israel”. A chancelaria mexicana, para não deixar dúvidas de que seu alvo é condenar Israel, publicou que tomou a iniciativa “devido à crescente preocupação com a recente escalada da violência, especialmente contra civis”.

(N. da R.: Em tese, essa seria uma oportunidade para uma investigação isenta, que inocentaria Israel ao demonstrar que as vítimas civis em Gaza são uma decorrência da guerra iniciada pelo Hamas e da forma pela qual o grupo terrorista a conduz, usando sua população e as instalações civis de Gaza como escudo, enquanto as forças armadas de Israel tomam precauções para minimizar as vítimas colaterais, mais até do que outros países democráticos.

Na realidade, só se pode avaliar situações de guerra comparando-as com outras. Os especialistas militares têm como comparar a guerra em Gaza e suas vítimas civis com o bombardeio britânico que destruiu Dresden, as bombas incendiárias americanas em Tóquio, as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, as guerras no Vietnã, Iraque e no Afeganistão, as guerras da Rússia na Síria e na Ucrânia, etc. Ou seja, elementos para julgar objetivamente o comportamento dos militares israelenses não faltam.

Mas não é o que se pode esperar de uma entidade ligada à ONU. Ainda no mês de dezembro passado, segundo relatado pela Associated Press, o Promotor-Chefe do



próprio Tribunal Penal Internacional, Karim Asad Ahmad Khan, inglês filho de paquistaneses, declarou que “investigar possíveis crimes pelos militantes do Hamas e forças israelenses era uma prioridade” e que a luta em “áreas densamente povoadas em que combatentes estão alegadamente misturados à população civil são inerentemente complexas, mas o direito humanitário internacional deve ainda assim ser aplicado e os militares israelenses conhecem a lei que deve ser aplicada”.

Essa declaração prejudgando a culpabilidade israelense já bastaria para colocar o TPI em suspeição. Vale ressaltar que o TPI foi criado para ser a última instância para processar crimes cometidos por indivíduos (não países ou outras entidades) quando as cortes nacionais não assumirem esse encargo. Assim sendo, o TPI teria de confirmar, antes de mais nada, se o judiciário de um estado membro (signatário do Estatuto de Roma de 1998) pretende ou não julgar o caso.

Ocorre que Israel não é estado membro do tribunal e não reconhece a sua jurisdição (assim como EUA, Rússia, China, Catar, Iraque e Líbia), só podendo ser obrigado a cooperar com o tribunal por decisão do Conselho de Segurança da ONU, onde tal hipótese será vetada, conforme já declarado pelos Estados Unidos em outras oportunidades. E é evidente que Rússia e China não têm o menor interesse em validar investigações sobre condutas militares.

Nesse contexto, confirma-se que a motivação de Ahmad Khan e dos dois governos é de propaganda contra Israel e não se distingue do que ocorre rotineiramente nas entidades relacionadas com a ONU).